

mundo

A guerra vista de Pequim

Conflito em Gaza expõe fragilidades da diplomacia da China

Igor Patrick

Jornalista, mestre em Estudos da China pela Academia Yenching (Universidade de Pequim) e em Assuntos Globais pela Universidade Tsinghua

Em março, uma foto do ministro das Relações Exteriores chinês, Wang Yi, foi divulgada com fanfarra pela imprensa chinesa. Rodeado pelo secretário do Conselho de Segurança iraniano, Ali Shamkhani, e pelo ministro de Estado saudita, Musaad bin Mohammed al-Aiban, Wang aparecia sorridente na imagem que confirmava um feito significativo: Pequim tinha medido e alcançado um acordo para a restauração de relações diplomáticas entre os dois países,

inimigos históricos da região. O evento era um case de sucesso perfeito da Iniciativa de Segurança Global (ou ISG) que os chineses promovem desde 2022, um plano vago proposto por Xi Jinping de reforma da ordem global moldada pelo Ocidente. O acordo “proporcionaria salvaguardas mais fortes para a paz e a estabilidade regionais” e mostrava como era possível garantir “segurança mútua, ampla, cooperativa e sustentável, onde nenhum país fortaleceria a

própria segurança às custas de outros”, repetia a mídia estatal. De quebra, ainda concedia a Pequim o crédito de ter obtido sucesso onde os EUA falharam. A aproximação entre Teerã e Riad foi consolidada com a entrada de ambos no Brics, e Xi iniciou seu plano de cacifar a vitória para ampliar a influência no Oriente Médio. Em junho, recebeu o presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas, que, desacreditado pelos parceiros no Ocidente,

voltou-se a Pequim em busca de ajuda e apoio diplomático. Abbas reafirmou que a Palestina seguia firme no reconhecimento do princípio da China Única (que nega a existência da soberania de Taiwan) e ouviu de Xi promessas de apoio para tratativas de paz com Israel. Corta para outubro de 2023 e o cenário não poderia ser mais diferente. Com o ataque do Hamas, grupo terrorista apoiado financeira e militarmente pelo Irã, e a guerra de resposta inici-

ada por Israel, a China se mostrou acuada, temerosa de que qualquer posicionamento mais firme jogasse por terra o frágil castelo de areia que vinha construindo na região. Pequim pediu o fim das hostilidades e defendeu a solução de dois Estados. Ficou nisso. Até o momento em que escrevia esta coluna, Xi Jinping não tinha se pronunciado sobre o tema. No Conselho de Segurança, relatam fontes que participam das negociações, os chineses se mostraram dispostos a apoiar comunicados ou resoluções que criticassem a violência “em ambos os lados”, mas foram incapazes de conter a beligerância da diplomacia russa e trazer qualquer plano concreto de desescalada das hostilidades. Ainda é cedo para análises mais certeiras, mas a impressão inicial é que o conflito em

Gaza deixa escancarados os limites da tal nova ordem proposta pela China. Seus méritos teóricos existem, mas faltam corpo, maturidade e experiência para responder a conflitos bélicos. A China apoiou e armou palestinos nos anos 1960, entusiasmada com a aceitação que as ideias maoístas tinham por lá. Quando começou a se abrir para o mundo e desistiu de promover seu modelo político na década de 1980, ampliou laços com Israel e abraçou a mediação como o melhor caminho para o conflito. Não tinha plano antes e não tem um agora. E, enquanto achar que dá para fazer política externa apenas negando a ordem global e se mostrando moralmente superior ao Ocidente, sua contribuição aos reais problemas da nossa era seguirá bastante limitada.

| DOM. Sylvia Colombo | SEG. e QUA. Toda Mídia | QUI. Lúcia Guimarães | SEX. Toda Mídia, Mundo Leu | SÁB. Igor Patrick

Polônia tem pleito mais crucial desde o fim do comunismo

País reafirma identidade, se afasta da Europa liberal e põe apoio a Kiev em xeque

Igor Gielow

SÃO PAULO Mais um evento ofuscado pelas chamas da guerra em Israel, a eleição parlamentar polonesa deste domingo (15) é a mais importante que o país do Leste Europeu realiza desde 1989, quando o primeiro pleito com disputa real ainda no oco do comunismo foi realizado. O país que sairá das urnas é fator central para a continuidade do apoio europeu aos esforços de guerra da vizinha Ucrânia contra a invasão russa, mas não só: é uma nação cuja busca pela reafirmação de sua identidade a tem afastado dos princípios democráticos que norteiam a União Europeia, da qual é membro de 2004. A julgar pelas pesquisas, o atual arranjo de governo deverá ser mantido. Segundo levantamento publicado nesta sexta (13) pelo instituto IBRIS para a rede Polsat, o partido

PiS (Lei e Justiça, na sigla local) lidera a corrida com 33,9% das intenções de voto. O PiS retém o Parlamento desde 2015, mesmo ano em que chegou à Presidência com Andrzej Duda, reeleito em 2020. Atrás dele vem a principal sigla opositorista, a KO (Plataforma Cívica), do ex-premiê Donald Tusk, com 27%. O jogo ganha contornos menos definidos porque três partidos dividem o resto das intenções. O independente TD (Terceira Via, com 11%) já disse que não formará governo com nenhum dos rivais. O NL (Nova Esquerda, 9,7%) tenderia a se unir ao KO e o Confederação (8,2%), ao PiS. Se o PiS mantiver o favoritismo, poderá trazer o Confederação para garantir sua maioria parlamentar, e aqui começam as más notícias para os entusiastas do projeto europeu da Polônia. O partido menor é um radical agrário que tem de antisse-

mitas a xenófobos genéricos, bastante hostis ao apoio a Kiev na guerra, devido à rivalidade histórica entre os ora aliados — e à presença de 1 milhão de refugiados do vizinho no país. Para atrair parte desse eleitorado, o próprio PiS pisou no freio na ajuda a Volodimir Zelenski. A Polónia adotou, ao lado da Hungria e da Eslováquia, um embargo à compra de grãos de Kiev para não prejudicar seus produtores internos. Os ucranianos protestaram e tentam negociar um acordo. Mais grave, o premiê Mateusz Morawiecki anunciou que a prioridade do país seria seu ambicioso plano de rearmamento, no qual já foram empenhados ao menos R\$ 218 bilhões. Ele diz pretender ver Varsóvia com o Exército terrestre mais capaz da Europa em 2026. Neste ano, projeta quase dobrar seu gasto militar para 4% do PIB (Produto Interno Bruto). Assim, o envio de armas a Kiev, como caças



MiG-29, seria descontinuado. A Polónia é a sexta maior doadora, em porcentagem do PIB, de auxílio à Ucrânia. Só em armas, até julho, foram R\$ 16 bilhões, segundo o Instituto para Economia Mundial de Kiel (Alemanha). Houve reações e meias palavras depois, mas o fato é que o comprometimento polonês se adequou ao calendário eleitoral. Há duas semanas, a vizinha Eslováquia foi além, dando a vitória na sua eleição parlamentar a uma sigla, a centro-esquerdista e nacionalista Smer, que é pró-Rússia e defende o fim do apoio a Kiev. Isso tudo, claro, será modulado pela reação europeia. No caso eslovaco, a formação do governo incluiu um partido vital para o Smer, o Hlas, que se opõe à retirada do apoio, não menos pelo risco de se ver isolado e sem acesso a verbas e financiamentos da UE. Na Polónia, contudo, isso nunca demoveu o PiS de embarcar em uma campanha rumo ao liberalismo que marca sua vizinha Hungria. Como o Brasil sob Jair Bolsonaro (PL) ou Israel de Binyamin Netanyahu, o alvo inicial nesses países é a liberdade do Judiciário. Desde 2019, quando consolidou leis sob as quais juízes podiam ser indicados por políticos e submetidos a “câmaras de correção”, a Polónia

é questionada na UE. Em julho, a Corte Europeia de Justiça determinou que a legislação é ilegal, no que foi chamada pelo ministro da Justiça polonês de “tribunal corrupto”. Se isso levará a um rompimento, não se sabe, mas o afastamento polonês é evidente. Ele tem raízes na grande desconfinamento de um país que só existiu brevemente como ente livre nos últimos séculos, sendo objeto de partilhas por parte dos vizinhos — como a Alemanha nazista e a União Soviética em 1939, no evento que disparou a Segunda Guerra Mundial. A popularidade do PiS não vem só do endurecimento, retórico ou não, de sua posição. Desde 2015, o país experimenta um momento econômico de expansão. A taxa de desemprego caiu de 12% para 5%, o PIB manteve um crescimento, com a exceção do tombo pandêmico de 2020, e fechou o ano passado com alta de 5,1%. Há sinais de alerta, contudo. A inflação está em saldos 8% na taxa anualizada de setembro, e há uma redução na atividade econômica. Mas nada que tenha impedido o PiS de fazer o maior desfile militar, exibindo seus novos tanques americanos Abrams e outras armas, desde os tempos em que a Polónia era a sede do Pacto de Varsóvia — a Otan comunista.



HOMEM INVADE ESCOLA NA FRANÇA E MATA PROFESSOR A FACADAS; POLÍCIA SUSPEITA DE TERRORISMO
Ataque na cidade de Arras, no norte do país, feriu outro professor e um segurança. A polícia prendeu o agressor, de origem tchetchena e suspeito de ligação com extremismo islâmico. O presidente Emmanuel Macron visitou o local | Ludovic Marin/AFP

Aliado de Trump disputará chefia da Câmara dos EUA

THE NEW YORK TIMES Os republicanos da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos indicaram nesta sexta (13) o deputado Jim Jordan, de Ohio, um republicano de ultradireita e presidente do Comitê Judiciário, para disputar a presidência da Casa. A escolha vem após a derrota de Steve Scalise no partido. Por 124 a 81, Jordan derrotou o deputado Austin Scott, da Geórgia, aliado do ex-presidente da Câmara Kevin McCarthy, que decidiu se candidatar algumas horas antes da indicação, como um protesto contra Jordan. Embora Jordan tenha vencido a disputa, sua busca pela presidência ainda enfrenta desafios: vários republicanos moderados disseram que não o apoiariam, uma continuação da luta interna do partido, que eclodiu nos últimos dias, paralisando a Câmara. A candidatura de Jordan, cofundador da ultraconservadora bancada da Liberdade e favorito do ex-presidente Donald Trump, ocorreu pouco mais de uma semana depois de uma facção de seus apoiadores forçar a saída de McCarthy. Na sequência, Jordan se recusou a apoiar o então sucessor escolhido pelo partido para o car-

go, o deputado Steve Scalise, da Louisiana, que desistiu abruptamente nesta quinta-feira (12) da disputa. A deputada Ann Wagner, do Missouri, chama a candidatura de Jordan de “não iniciante”. O deputado Don Bacon, de Nebraska, que representa um distrito vencido pelo presidente Biden, diz que os legisladores estavam preocupados em ceder aos caprichos dos membros de ultradireita que se recusaram a apoiar Scalise. “O fato é: se você recompensa um mau comportamento, você vai ter mais dele”, diz Bacon. Caso Jordan consiga obter a maioria no plenário da Câmara, ele se tornará o segundo na linha de sucessão da Presidência dos Estados Unidos, culminando em uma ascensão notável para um republicano agitador popular da base de ultradireita do partido. Scalise superou Jordan na disputa interna do partido na última quarta-feira por apenas 14 votos. Mas, em vez de consolidar sua estreita base de apoiadores, Scalise quase imediatamente começou a perder apoiadores e desistiu da disputa cerca de 30 horas depois.